

Secretaria da Administração – Coordenadoria de Compras
PROAD nº 7789/2019
Pedido de Empenho nº 084/2019

Tipo de Empenho: Ordinário

Valor Total: **R\$ 1.890,00**

Credor: MMP Cursos Capacitação e Treinamento Ltda (Doc. 3)

CNPJ: 14.087.594/0001-24

Objeto: Inscrição de servidor em curso – Coordenadoria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Descrição	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Inscrição do servidor Cláudio Ventura Mendes no “Curso Completo de Suprimento de Fundos”, a ser realizado nos dias 29 a 31 de julho de 2019, com carga horária de 25 horas, na cidade de Brasília/DF.	01	1.890,00	1.890,00
Dotação Orçamentária da Escola Judicial – Capacitação de Recursos Humanos.			

Prazo de pagamento: 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal, devidamente certificada, na sede deste E. Tribunal.

Observações: Contato com o Sr. Sinval Alves Fernandes, na Coordenadoria de Controle Interno, pelo telefone (19) 3231-9500, ramal 2529, de segunda a sexta-feira.

Lei Orçamentária: Lei nº 13.808/2019, de 15/01/2019.

Enquadramento Legal: Lei 8.666/93, artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI - CD.

Justificativa: Justifica-se esta contratação como uma inexigibilidade de licitação, posto que presentes os pressupostos legais exigidos, quais sejam: 01) o serviço contratado é trabalho técnico profissional especializado, é singular e é evidente a relevância do tema abordado no referido curso para o requisitante (conforme DOD-D); 02) o conteúdo programático do curso, aliado à experiência profissional do instrutor Stéphano Leite dos Santos, conferem singularidade e notoriedade ao evento, conforme prospecto do evento (doc. 3); 03) conforme documento 11, o valor proposto pela empresa está compatível ao praticado com outros órgãos; 04) há parecer favorável da Assessoria Jurídica referente à contratação do treinamento pretendido, conforme documento 12; 05) com amparo no disposto na Orientação Normativa nº 34, de 13/12/2012 da AGU, e no Acórdão nº 1336/2006 do TCU, considerando-se que o valor da presente despesa não supera o limite de compra direta do inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/1.993, fica, em atendimento ao Princípio da Economicidade Processual, dispensada a publicação do presente ato na Imprensa Nacional.

Campinas, 01 de julho de 2019.

(a) **KARINE HANL DE CARVALHO ABDO SEIXA**
Assistente-Chefe da Seção de Compras



Secretaria da Administração – Coordenadoria de Compras
PROAD nº 7789/2019
Pedido de Empenho nº 084/2019

Reconheço.

(a) KARINE HANL DE CARVALHO ABDO SEIXA
Coordenadora de Compras Substituta

Ratifico. À Secretaria de Orçamento e Finanças.

(a) ANA SÍLVIA DAMASCENO CARDOSO BUSON
Secretária da Administração